

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO DO BASQUETEBOL

Maria Marta Lopes Flores – UFG

mmlopesflores@brturbo.com.br

Fernanda Ferreiro Belo Rodrigues – UFG

ffbello@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa, apresenta como tema as relações entre as Políticas Educacionais e o Ensino do Basquetebol nos ambientes educacionais, e tem como problemática investigativa identificar quais as relações existentes entre as legislações educacionais (Lei de Diretrizes e Bases e Parâmetros Curriculares Nacionais) traçadas para a Educação Física e os impactos dessas políticas no ensino do basquetebol nas aulas de Educação Física da cidade de Catalão-Go.

Palavras-chave: basquetebol; educação física; políticas educacionais

Este estudo tem como tema central a relação existente entre as políticas educacionais e o ensino do basquetebol nas escolas estaduais e municipais de Catalão-GO, voltada para o Ensino Fundamental. Ressaltamos que inicialmente a pesquisa foi direcionada somente as escolas estaduais, mas nos deparamos com apenas uma das escolas ministrando no momento¹ o basquetebol. Assim, ampliamos a nossa pesquisa também para as escolas municipais, sendo que a definição das escolas utilizadas como amostra foi o fato de estarem trabalhando com o conteúdo basquetebol nas aulas de Educação Física no momento da pesquisa.

E necessário salientar que, muitas das escolas estaduais, alegaram não trabalhar com essa modalidade devido à falta de materiais e até mesmo por não terem afinidade com esse esporte, outros professores do nosso município, chegaram a afirmar que não trabalham com o conteúdo basquetebol por que alguns alunos não gostam desse esporte.

Nosso interesse em discutir essa temática surgiu de nossa participação em um grupo de pesquisa na Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão (UFG-CAC), com o tema “O Impacto das Políticas Educacionais no Ensino do Basquetebol nas Aulas de Educação Física da Cidade de Catalão – GO”. Esse grupo de pesquisa teve início em agosto de 2006 e os integrantes do grupo pertenciam às áreas de estudo da Pedagogia e da Educação Física, cujo objetivo principal era aprofundar os estudos sobre as políticas governamentais para a Educação e mais especificamente para área da Educação Física.

Em decorrência da participação nesse grupo de pesquisa e a relevância das leituras e discussões realizadas, surgiu o desejo de aprofundarmos mais sobre as políticas educacionais

¹ Referindo-se ao momento da pesquisa, que ocorreu no 1º semestre de 2008.

e o ensino da Educação Física nas escolas de Catalão, com foco no esporte basquetebol visto que o mesmo não tem sido considerado relevante para a Educação Física escolar².

Nosso primeiro contato com a modalidade Basquetebol, ocorreu durante a disciplina “Metodologia de Ensino e Pesquisa em Basquetebol”, no 6º período do curso de Educação Física da UFG-CAC. Ao vivenciar esse esporte durante nosso curso de licenciatura em Educação Física e a experiência no grupo de estudo citado anteriormente, despertou ainda mais o intuito de estarmos aprofundando a pesquisa com essa temática.

Tais vivências com o basquetebol levaram-nos a refletir acerca da construção das Políticas da Educação e conseqüentemente da Educação Física e sua influência no ensino do basquetebol em ambientes educacionais da cidade de Catalão Goiás. A pesquisa realizada nos permitiu estabelecer as relações presentes entre as propostas governamentais e a prática pedagógica dos professores no trato com o conteúdo específico da Educação Física definindo as contribuições e problemáticas que as atitudes governamentais provocam no interior das escolas.

Propomos, portanto, como problemática investigativa deste estudo detectar quais as relações entre a Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional³, os Parâmetros Curriculares Nacionais⁴ e os impactos destes, no ensino do basquetebol em ambientes educacionais da cidade de Catalão – Goiás?

Para respondermos ao problema da nossa pesquisa constituímos como objetivo geral refletir sobre as relações entre as políticas educacionais e os impactos dessas no ensino do basquetebol em ambientes educacionais da cidade de Catalão Goiás. Como objetivos específicos, buscamos: 1- Identificar as relações existentes entre as legislações educacionais (LDB e PCN) traçadas para a Educação Física; 2- Analisar o PCN e o ensino do basquetebol nas escolas estaduais e municipais no Ensino Fundamental – 6º e 7º ano de Catalão Goiás; 3- Identificar qual o entendimento dos professores de Educação Física sobre a legislação educacional e sua relação com a prática pedagógica na aula de Educação Física, especificamente com o ensino do Basquetebol.

Para realização deste estudo, buscamos primeiramente uma revisão bibliográfica em monografias do nosso curso de Educação Física na biblioteca do Campus Catalão defendidas de 1993 a 2007, para identificar as questões relacionadas ao nosso tema e encontramos três

² Faremos uma discussão sobre esse assunto posteriormente.

³ LDB = Lei de Diretrizes e de Bases da Educação Nacional.

⁴ PCN = Parâmetros Curriculares Nacionais.

trabalhos relacionados ao tema basquetebol e apenas um destes relacionado às políticas educacionais.

Neste sentido, a partir da nossa problemática pudemos constatar, que na literatura presentemente revisada na biblioteca da UFG-CAC, pouquíssimas referências bibliográficas foram encontradas abordando sobre o tema.

Para a efetivação deste trabalho, foram desenvolvidos dois tipos de pesquisa. A pesquisa de campo e pesquisa documental tendo caráter qualitativo de cunho analítico crítico, tendo como campo de investigação as escolas estaduais e municipais na cidade de Catalão – Goiás, correspondente as turmas de 6º e 7º ano, que durante a pesquisa de campo propunham a prática do basquetebol nas aulas de Educação Física.

Temos como universo da pesquisa, os professores de Educação Física de Catalão - Goiás das escolas campo. Como principais procedimentos, com o propósito de alcançar nossos objetivos e responder nosso problema de pesquisa, realizamos entrevistas semi-estruturada com os professores e observações não participantes de algumas aulas ministradas. Para a análise dos dados coletados utilizamos o método, segundo Minayo (1994) denominado análise de conteúdos.

Quanto ao referencial teórico que orienta nosso trabalho, temos referências em autores que discutem sobre a Legislação Educacional no país como Coletivo de autores (1992), Castellani Filho (1998), Brasil (1998), Bianchetti (1999), Oliveira (2004), Duarte (2005), dentre outros e o esporte no âmbito escolar autores como, Bracht (1992), Kunz (1994), Assis (2001), e Santos (2002), dentre outros autores que discutem sobre o ensino do basquetebol na escola como Alves (2001) e Coutinho (2003).

A presente pesquisa está organizada em itens, no primeiro item falamos sobre as políticas educacionais. Discorremos também sobre a Educação e a Educação Física, especificamente a modalidade Basquetebol relacionando-os com PCN e a LDB e apresentamos dados que comprovam sua prática em escolas da nossa cidade. Para este intento, foram coletados alguns dados obtidos através de observações e entrevistas o que nos possibilitou uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre as Políticas Públicas e a realidade do ensino de basquetebol em Catalão Goiás.

Esperamos assim, que o estudo que ora propomos, não só apresente mais um tipo de trabalho relacionado às políticas educacionais, como também, contribua para o despertar de um olhar mais crítico colaborando para debates na área da Educação Física acerca das

referidas temáticas, que no nosso caso concentra em, Políticas Educacionais (PCN e LDB), Educação Física e o Ensino de Basquetebol.

Políticas Educacionais

O neoliberalismo é o novo liberalismo, que está ligado ao capitalismo dos mercados mundializados baseado no processo de globalização, no uso das novas tecnologias, da livre concorrência. É, portanto, a reorganização ou reestruturação buscando a perpetuação do modelo capitalista mundial. O ano de 1990 no Brasil é marcado por essa reestruturação. Segundo Gentili (1995) este movimento foi marcado por políticas que acirraram a competitividade e a mercantilização dos espaços inclusive os educacionais, que acentua no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para os países em desenvolvimento e periféricos, como o nosso, esse movimento é marcado pela exclusão e pela flexibilização das relações comerciais.

Dentro da concepção liberal, os indivíduos constituem as moléculas sociais do sistema econômico. O homem tomado como um todo possui as capacidades naturais que lhe permitem desenvolver-se contando com certas doses de instinto, somadas à sua racionalidade, vontade e desejos (BIANCHETTI, 1999, p.71).

Conforme, Bianchetti (1999), o processo de globalização e mundialização dos mercados aparecem como estratégia para que o modelo capitalista se coloque como modelo hegemônico o que significa dizer que o capitalismo é a única saída para a ordem econômica até aqui estabelecida.

Sendo assim, uma das características do neoliberalismo é a ênfase na globalização, e os países em desenvolvimento, no caso, o Brasil, se encontram em desvantagens, pois este é um país dependente em tecnologia, capital e bens de produção dos ditos países de primeiro mundo. Neste sentido qualquer crise nos países desenvolvidos afetaria a economia brasileira.

A globalização é a revolução do fim do século. Com ela, a conjuntura social e política das nações passam a ser desimportante na definição de investimentos. O indivíduo torna-se uma peça na engrenagem da corporação. Os países precisam-se ajustar para permanecer competitivos na economia global - e aí não podem ter mais impostos -, mas encargos ou mais inflação que outros (DELFIN NETTO, 1996, s/p.).

Na fase neoliberal que é inserida na política brasileira nos anos de 1990, há uma intensa preocupação com o protecionismo ao capital privado⁵, os lucros cada vez maiores das empresas. Para que isso seja possível os homens são estimulados a consumirem cada vez mais. Há inclusive a preocupação dos estados - nações em formar cada vez mais o “cidadão consumidor”.

⁵ Para Flores (2007) protecionismo ao capital privado são mecanismos adotados como estratégia de reorganização do capital transnacional e refere-se à proteção ao capital de indivíduos ou organizações particulares, diferente de capital estatal.

As reformas sociais em curso propõe mudanças em relação a diferentes aspectos. Um deles diz respeito a reforma do estado. Para manutenção do capitalismo, o neoliberalismo (ou neo-conservadorismo) vem propondo modificações em relação ao papel que o estado deve desempenhar. Este deixa de ser um “Estado Intervencionista” e de bem-estar (lembrando que este último não se consolidou no Brasil de maneira efetiva) para constituir-se em um “Estado Regulador” (MICHELS, 2006, p.408).

Há um discurso de maior competitividade dos mercados, uma política de estado mínimo cada vez mais acirrada e em relação às políticas de bem-estar social, a busca de uma gestão descentralizada para a área educacional. Estado mínimo significa o governo investir e se desobrigar cada vez mais das políticas de bem estar social, como moradia, saúde e educação. Nesta lógica a Educação passa a ser cada vez mais um bem de consumo e, portanto passível de compra e venda.

Na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas em seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se as demandas a elas apresentadas. Diante da constatação de que a educação escolar não consegue responder plenamente as necessidades de melhor distribuição de renda e, por extensão, saldar a renda social acumulada, em décadas passadas, a crença nessa mesma educação como elevador social é arrefecida (OLIVEIRA, 2004, p.1129).

E para adequar a Educação nacional ao momento econômico em vigência a proposta é de uma instituição flexível, com gestão eficiente e descentralizada. Há uma cobrança cada vez maior no sentido de construir um ensino de qualidade que atenda ao mercado de trabalho e ao mercado consumidor. Para alavancar um padrão que atenda a esse mercado as políticas neoliberais nacionais encaminham vários documentos que vão fazer a tessitura do modelo educacional atual. Várias foram as medidas, programas, decretos e leis que deram o tom das mudanças necessárias para adequar a educação nacional as sugestões dos organismos internacionais.

Mas o potencial de estabilidade de políticas e programas particulares foi condicionado pela forma como foram estruturadas as relações inter-governamentais das políticas específicas. O desafio político institucional para uma nova política regulatória consistia em forjar relações capazes de promover a articulação entre os interesses do governo central e dos governos sub-nacionais ou locais (DUARTE, 2005, p.824).

Todavia, destes documentos este trabalho optou por analisar dois mais diretamente: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Educação Física⁶. Esta escolha se justifica porque uma das preocupações deste trabalho é verificar se os professores que atuam nas unidades escolares dominam os conteúdos presentes e sugeridos nestes documentos.

⁶ Para facilitar, traremos no decorrer do texto, a nomenclatura PCN-EF, corresponde aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.

Desse modo, a LDB 9394/96 é uma Legislação Educacional⁷ a serviço do projeto neoliberal. Com um conteúdo que predomina as políticas de estado mínimo (ou a desobrigação do Estado para com as políticas de bem-estar-social) e a flexibilização das relações governamentais com a educação, descentralização em direção aos municípios, a referida Lei dá abertura para que a educação física escolar seja ministrada a partir de conceitos como competitividade e meritocracia.

A partir da Lei nº 9394/96, o Ministério da Educação (MEC), apresentou uma proposta pedagógica para o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para a Educação nacional. Assim como para as demais áreas, a Educação Física foi contemplada no volume 7, para o primeiro e segundo ciclo; terceiro⁸ e quarto ciclo; e ensino médio. Foi então elaborado em três produções que destina a: 1ª a 4ª série; 5ª a 8ª série; ensino médio.

Um dos objetivos proclamados pelo documento PCN é buscar uma melhoria da qualidade da educação brasileira, ainda, garantir a toda população o direito de desfrutar do conjunto de conhecimentos, indispensáveis para o exercício da cidadania, a qual preocupa em formar cidadão com participação ativa, reflexivos e autônomos.

Entretanto, se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira (BRASIL, 1997b, p.13).

Foi apresentada uma proposta inicial dos PCN, onde foram distribuídos exemplares em âmbito nacional em 1995 e 1996, para docentes de Universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, especialistas e educadores, com objetivo de sugestões e avaliação crítica do documento, feito isto, foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres, que contribuíram para a reelaboração, sendo que o procedimento da redação final

⁷ A legislação da educação pode ser considerada como o corpo ou conjunto de leis referentes à educação, seja ela estritamente voltada ao ensino ou às questões à matéria educacional, como, por exemplo, a profissão de professor, a democratização de ensino ou as mensalidades escolares. Quanto utilizarmos a expressão legislação educacional ou legislação da educação, estaremos nos referindo à legislação que trata da educação escolar, nos níveis de educação (básica e superior). Desta forma, a legislação educacional pode ser entendida como a soma de regras instituídas regular e historicamente a respeito da educação. (MARTINS, 2002, s/p).

⁸ A nossa pesquisa direcionada especificamente a esse documento, por se tratar do 6º e 7º ano do ensino fundamental.

do documento ficou a cargo da equipe redatora do MEC e não dos consultores (BRASIL, 1997b).

Fato esse bastante polêmico, pois não se sabe realmente se as críticas e as sugestões foram bem vindas daqueles que realmente se diz serem contribuintes na construção desse documento (PCN). Dessa forma, podemos afirmar que a concepção destes documentos são o resultado da construção de idéias moldadas.

(...) acreditamos que se o Ministério da Educação e Desporto levasse em conta o diálogo entre os homens, mulheres e crianças (...). No que tange à relação professor, aluno e conhecimentos; a elaboração da referida proposta teria uma conotação democrática garantindo o direito de fala às inúmeras vozes (grupos de estudo e pesquisa vinculados à academia, movimentos sociais, sindicatos, professores, alunos e pais) envolvidas com a reconstrução, reordenação, melhoria e aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da educação brasileira (LIMA, 2007, p. 29).

O Colégio Brasileiro Ciências do Esporte – CBCE⁹ (1997) é contra o modo que processou a elaboração dos PCN, sugerindo assim que esse documento seria mais avaliativo desde que a construção se desse a partir de debates e discussões nacionais. Acreditamos que se a elaboração fosse desse modo, teríamos a certeza de que as escolas, os professores, e toda comunidade interessada, participariam de certa forma da elaboração do documento. Considerando essa forma de pensamento, temos que levar em consideração que a participação de todos seria muito complexa, pois, poderíamos no final do processo ter um currículo para a Educação Física que poderia não atender as especificidades da área uma vez que existem muitas divergências até nas associações que defendem o curso e sua relevância.

Educação, Educação Física e Basquetebol

A partir dos apontamentos no item anterior, percebemos que a Educação no nosso país sempre esteve atrelada aos interesses políticos. Desses interesses surge, portanto, a necessidade de uma política educacional pautada no direcionamento de ações governamentais traduzidas em leis que regem ou deveriam reger o sistema escolar direcionadas, neste momento, ao atendimento de normas impostas e estabelecidas pelo mercado. Constatamos ainda que, o momento neoliberal, se caracteriza pelo processo de globalização. Sendo assim, faz necessário refletirmos sobre as interferências do neoliberalismo na Educação, ou ainda como influenciou e influencia na Educação brasileira e na disciplina de Educação Física.

⁹ O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, fundado em 17 de setembro de 1978, é uma sociedade de caráter científico que congrega profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento da Educação Física, que possuem em comum o interesse pelo desenvolvimento das ciências do esporte.

De acordo com Marrach (1996, s/p) “enquanto o liberalismo político clássico colocou a Educação entre os direitos do homem e do cidadão, no discurso neoliberal a Educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”. Assim, com o novo modelo de preparação para o mundo da globalização, percebemos a importância de algumas disciplinas escolares a mercê de táticas para a formação das capacidades necessárias ao enquadramento do trabalhador. Disciplinas, que apostam na formação, no raciocínio abstrato, na competência, dando suporte necessário para o campo tecnológico, sendo assim algumas disciplinas, tais como a Educação Física, parecem descartáveis, apesar de a atividade física passar por uma valorização relacionada à saúde (NOZAKI, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, por exemplo, diz em seu Art. 2º, do Título II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SAVIANI, 1997, Anexo IV).

Mesmo tentando assemelhar a Educação ao mercado, concordamos com Corrêa (1999), quando pronuncia que, apesar de todo processo de globalização, é deprimente sabermos que não há investimentos suficientes, nessa área, considerando o ensino brasileiro precário, o qual não tem investimentos suficientes, no sentido de formar indivíduos qualificados para que garanta ao país uma reestruturação planejada e sistematizada, ainda falta muito que fazer no setor da educação nacional e cabe a nós lutarmos para modificar esse panorama da Educação.

Mas como fazê-lo, se as relações de poder que envolve a sociedade são mascaradas por ideologias, normas morais vigentes que dão a elas um sentido de verdade, mesmo sendo falsas, apóiam-se em concepções que expressam em sua plenitude a justa troca proposta pelo Capitalismo neoliberal em que a racionalidade técnica e instrumental emerge na negação da problematização das relações de poder estabelecidas justificando e legitimando a miséria e a opressão instalados no nosso país.

Para Gonçalves (1994), a concepção de homem e sociedade é formadora de uma unidade dialética que em constante transformação, dá origem a uma visão de Educação como prática transformadora de conhecimentos e da realidade social. Portanto, educar como um ato humano é reconhecer que o homem é um ser social e histórico, e esta ação deve refletir aquilo que se almeja formar com as gerações mais novas, possibilitando a criação de novos conhecimentos e a formação da personalidade no aluno para que este amplie a sua

participação ativa na sociedade.

Legitimamos a Educação Física como disciplina presente no currículo escolar, que encontra-se no meio educacional e como tal deveria apresentar-se em sintonia com as propostas estabelecidas para a Educação de uma forma ampla e global.

A Educação Física é sobretudo educação, envolve o homem como uma unidade em relação dialética com a realidade social. Os valores-fins da Educação e seus respectivos objetivos estendem-se, em sua totalidade, à Educação Física, que como ato educativo, está voltada para a formação do homem, tanto em sua dimensão pessoal como social (GONÇALVES, 1994, p.117).

Coadunando com esta idéia, o PCN trata da questão da legitimidade da prática da Educação Física na escola como uma possibilidade de favorecimento da autonomia dos alunos proporcionando-lhes o conhecimento de potencialidades e limitações promovidas através do trabalho corporal.

Segundo o Coletivo de Autores (1992), podemos afirmar que a Educação Física é uma disciplina pedagógica que na escola trata e problematiza variadas práticas corporais como o esporte, dança, ginástica, jogo, etc., conhecida como Cultura Corporal¹⁰.

Desta forma a Educação Física, como componente curricular, deve assumir o papel de:

(...) introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade (BETTI, apud BETTI e ZULIANI, 2002, p. 75).

Nesta perspectiva, ressaltamos que a Educação Física abrange uma diversidade de elementos da cultural corporal, e que os professores tem uma variedade de conteúdos que devem ser passados aos alunos, mas o que de fato, encontramos na escola, é um conteúdo desvinculado de uma proposta que privilegie esses elementos. O que nos deparamos é com a presença do esporte como conteúdo predominante na Educação Física escolar e, para muitos professores algumas modalidades, apresentam-se como o único conteúdo a ser transmitido para os alunos, o que tem provocado um ensino extremamente desvinculado dos objetivos propostos pela Educação, a qual entendemos ser capaz de contribuir para a formação dos indivíduos. Para, além disto, o principal papel da Educação Física deveria apresentar-se como determinante enquanto elemento formador de opiniões e carregado de símbolos presentes na sociedade e não o papel de mero reproduzidor de gestos técnicos.

¹⁰ Cultura corporal é uma abordagem pedagógica criada pelo Coletivo de Autores, denominada de crítico-superadora, na qual, se baseia por pressupostos Marxistas, voltados para uma concepção socialista de sociedade.

Para Assis (2001), o esporte na escola não pode ser trabalhado numa perspectiva massificadora e alienadora, e sim apresentar uma gama de oportunidades e conteúdos sistematizados e organizados, assim, permitindo uma reflexão e auto crítica por parte dos alunos. Desta forma, entendemos que o esporte e,

(...) a sua predominância sobre os outros conteúdos no interior da Educação Física é também o resultado de planos e intents, dada a sua adequação ao projeto de formação de homens aptos à disputa, numa sociedade em que a alegria e a felicidade não estão disponíveis para todos (capa).

Cabe ressaltar ainda, que essa predominância, está ligada também ao procedimento de globalização, que segundo Corrêa (1999), proporciona a Educação Física se inserir num processo de intercâmbio mundial, atuando como um bem de consumo da cultura corporal esportiva, vista como uma mercadoria, onde o lucro está sempre em primeiro plano e a prática voltada em reverter habilidades individuais e/ou coletivas em dinheiro.

E para intensificar ainda mais esta realidade, deparamos com os meios de divulgação altamente persuasivos, que enfatizam alguns esportes, como por exemplo, o futebol, deixando de lado outros, os quais são considerados pela população menos acessíveis e conseqüentemente menos praticados. Este fato contribui para a justificativa do porque de alguns professores enfatizarem em suas aulas apenas algumas modalidades (PIRES, 2002). Sendo assim, o próprio PCN-EF alega que “a crescente divulgação, pela mídia, das atividades corporais pode ser positiva como estímulo à prática e à divulgação da cultura corporal, mas negativa quando agrega valores e reproduz modelos estereotipados”. (BRASIL, 1998a, p. 42).

Deste modo, consideramos a mídia e os demais meios de comunicação manipuladores, quando nos deparamos com alguns professores de Educação Física absorvendo as mensagens transmitidas por esses veículos massificadores trabalhando nas aulas de Educação Física um conteúdo voltado para tal objetivo, alienando, selecionando e excluindo seus alunos. Esses profissionais trabalham assim, o rendimento/alto nível, não respeitando o aluno que encontra-se em processo de desenvolvimento e em estágios diferentes de aprendizado afetivo, motor e cognitivo. Percebemos também que deste mesmo modo, ao trabalhar com o rendimento, os alunos considerados menos habilidosos não tem a possibilidade de vivenciar outros esportes, nem tampouco outros elementos da cultura corporal na escola. Esta idéia se contrapõe aos ideais previstos pelo próprio PCN-EF e do Coletivo de Autores (1992) ao defenderem que a escola precisa:

(...) resgatar os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que jogo se faz "a dois", e de que é diferente jogar "com" o companheiro e jogar "contra" o adversário (COLETIVOS DE AUTORES, 1992, p. 49)

É necessário pensar acerca do esporte como:

(...) um esporte que não necessariamente precisa ser tematizado na forma tradicional, com vistas ao rendimento, mas, com vistas ao desenvolvimento do aluno a determinadas competências da autonomia da interação social e da competência objetiva (KUNZ, 1994, p.24)

Portanto, os conteúdos do esporte nas escolas, devem receber um tratamento pedagógico, na qual as práticas devem assumir um caráter diferenciado e transformador. Deste modo, transformando os elementos presentes neste, em elementos pedagógicos, que tornam-se importantes para a formação dos alunos, tais como o respeito, a educação, atitudes e valores. Assim sendo, indicamos o trabalho com o esporte no âmbito escolar, mas que ele não seja utilizado como um meio alienador e selecionador, que exclui ao invés de proporcionar oportunidades e experiências únicas (BRACHT, 1992).

Deste modo, podemos afirmar que os esportes coletivos são constituídos por várias modalidades esportivas, conforme as representações sociais que cada uma delas representa para cada grupo específico. Dentre essas modalidades está o basquetebol que na sua origem, foi incentivado e praticado por um grande número de pessoas e ocupa um privilegiado lugar nas competições mundiais sendo reconhecido e praticado pelas mais variadas etnias.

Em um jogo de basquetebol podemos apresentar algo mais do que um jogo competitivo com momentos explosivos combinando força e velocidade. Para além dessas características é possível trabalhar a superação de obstáculos postos frente aos alunos como numa aula na qual pode ser visível o auxílio mútuo entre os alunos aprendendo uns com os outros, mas este é apenas um dos muitos aspectos, outras possíveis, que dependem única e exclusivamente do professor, que planejou e sistematizou algo além de reproduzir gestos perfeitos, repetição incansável da pura técnica.

Não basta a repetição de gestos estereotipados, com vistas a automatizá-los e reproduzi-los. É necessário que o aluno se aproprie do processo de construção de conhecimentos relativos ao corpo e ao movimento e construa uma possibilidade autônoma de utilização de seu potencial gestual. O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada (BRASIL, 1997a, p. 27)

Novamente acreditamos que, um dos fatores que contribui talvez pela ausência da prática do basquetebol na Educação Física Escolar é a mídia, devido ao fato de ser transmitido apenas em TV por assinatura (difícil acesso) da qual uma pequena parcela da sociedade tem privilégio. Sendo assim, a população que usufrui desse esporte, são as famílias de classe média alta e alta. Fator este que impede a popularização do basquetebol e não permite que o mesmo tenha um crescimento popular como o futebol, por exemplo, que teve também sua

origem na elite da sociedade e hoje se tornou muito difundido graças também a sua exposição constante na mídia.

Neste sentido, ocorre à exclusão dos menos favorecidos, daí, percebe-se que a falta de interesse pelo basquetebol no Brasil, pode estar relacionada com o fato de não ser um esporte do “povão”, sendo assim, poderíamos explicar que faz todo o sentido não ser um esporte praticado nas escolas, pois muitos professores acabam optando trabalhar com as modalidades que os alunos desejam, ou ainda, pelos professores não demonstrarem interesse para essa prática esportiva.

Outro fator, contribuinte pela ausência do basquetebol enquanto conteúdo a ser praticado nas aulas de Educação Física nas escolas, talvez seja o de alguns professores não se identificarem com essa modalidade, ou ainda trabalharem com exclusividade o futebol/futsal, por ser considerado pela população brasileira como um esporte da nossa cultura¹¹.

Diante dessa realidade, ressaltamos ainda que a Educação Física é uma disciplina obrigatória como qualquer outra disciplina, por isso os alunos podem querer como conteúdo apenas a vivência esportiva e como única modalidade, o “futebol” por ser um forte elemento da cultura brasileira, o que não impede o professor de propor um trabalho com este conteúdo, o que se questiona é o fato de ser proposto como conteúdo nas aulas de Educação Física apenas o futebol. Consideramos que esta é uma característica da nossa sociedade que infelizmente, não reconhece a Educação Física e a diversidade de conteúdos que lhe é inerente, e como uma disciplina séria e necessária a formação do aluno.

Para além desta discussão, se o aluno na escola sugere o trabalho apenas com o conteúdo relacionado ao futebol, há que sermos prudentes e insistirmos em ensiná-los que essa disciplina tem a obrigatoriedade de trabalhar todos os elementos da cultura corporal e, que se ele quer ver apenas o futebol, existem outros locais que trabalham apenas com essa modalidade, pois na escola a Educação Física não é uma academia e nem deve ser vista como um centro de treinamento em excelência. Desta forma, acreditamos ser necessária a quebra de paradigmas que relacionam a Educação Física apenas ao ensino de esportes e mais ainda aquela que propõe somente o futebol como conteúdo hegemônico da aula e também de privilegiar elementos presentes nos esportes voltados ao rendimento e repetição de gestos técnicos (COLETIVO DE AUTORES, 1992; KUNZ, 1994 e BRASIL, 1998).

¹¹ Em debate apresentado em comunicação oral IV Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente – 17 a 19 de agosto de 2008, Uberlândia – MG fomos interpelados por um dos presente, que trabalhar apenas com o futebol nas aulas de Educação Física é vantajoso, pelo fato de ser um esporte da nossa cultura.

Segundo Borges (2005), o basquetebol em Catalão Goiás, durante a década de 60, era praticado por apenas uma parte da população catalana, que apresentavam um poder aquisitivo significativo, considerada uma classe mais elevada da população; enquanto na década de 70 à prática se dava por profissionais liberais, médicos, engenheiros e veterinários.

Na cidade de Catalão percebemos que este esporte adentrou os muros da cidade em meados do século XX e perdura ainda hoje, mas com uma característica diferente daquela anteriormente praticada (...), pois esta prática não aparece com muita frequência na comunidade local. (BORGES, 2005, p. 33)

E, sobre o basquetebol na escola:

(...) o basquetebol é pouco trabalhado nas aulas de Educação Física das escolas públicas de Catalão, e são menos ainda os professores que tem um referencial teórico para esse ensino ou mesmo que o direcionem claramente para algumas das tendências da Educação Física (ALVES, 2001 p.57).

De tal modo, afirmamos que o basquetebol é pouco ensinado nas aulas de Educação Física na cidade, devido a vários fatores, o que é inegável é o desconhecimento de grande parte dos brasileiros do significado e legitimidade da Educação Física na escola como promotora do conhecimento elaborado, sistematizado sobre a cultura corporal e não somente esportiva.

Ressaltamos que enquanto profissionais de Educação Física devemos tomar consciência dos fatores (comunicação, coordenação, técnica, dentre outros) que envolvem a Educação Física e inerentes para o desenvolvimento do aluno e que o basquetebol como parte destes elementos poderá sim contribuir com vários e diversos benefícios para a saúde do educando (COUTINHO, 2003).

Reforçando essa idéia da importância do esporte basquetebol, Ferreira (1987), enfatiza que, além de abordar o desenvolvimento técnico e tático, essa modalidade de esporte possui aspectos psicológicos e valores educativos relevantes para sua prática, onde o,

(...) praticante desse esporte desenvolve a confiança em si mesmo, a responsabilidade, a sociabilidade, o espírito de cooperação, o espírito de luta, o reconhecimento da vitória e da derrota e a agressividade criativa que é a determinação e a coragem para tomar decisões e realizar tarefas durante um jogo (FERREIRA, 1987, p. 04).

Desta forma, queremos esclarecer o leitor sobre a importância do trabalho com o basquetebol nas escolas, não somente em nossa cidade, pois todos os alunos necessitam desenvolver estas características, consideradas de suma importância para que se tornem cidadãos críticos e que possam agir na sociedade de forma ativa e relevante.

Por fim, concordamos com Santos (2002), que o ensino dos esportes inclusive o basquetebol na escola deve ser concebido como um processo na busca da aprendizagem dessa modalidade esportiva que transmite variadas experiências práticas, atribuindo a aula, significados e valores capazes de transmitir um conhecimento sistematizado e elaborado que

contribua para formação, e não apenas uma reprodução de movimentos aleatórios e repetitivos sem objetividade no meio educacional que se justifica apenas no treinamento voltado para o alto rendimento e para a aptidão física conforme vêm prolongando ao longo dos anos.

Considerações finais

Diante da pesquisa realizada, percebemos que, a Educação Física escolar tem como conteúdo predominantemente os esportes e que o basquetebol é pouco trabalhado nas escolas de Catalão-GO, percebemos também que os professores entrevistados apesar de conhecerem o PCN e a LDB, apresentam-se confusos em relação aos avanços e significados desses para a aula e não consegue detectar relações dos mesmos com a prática do basquetebol nas aulas de Educação Física.

Ressaltamos que o basquetebol é um conteúdo pouco trabalhado nas escolas de Catalão-GO, ao constatar-mos através do levantamento do número de escolas públicas que trabalhavam com este esporte no 1º semestre de 2008, verificamos que, das 21 escolas investigadas apenas duas abordavam o basquetebol no momento.¹²

Afirmamos ainda que, encontramos professores despreparados e desmotivados com sua prática e alunos quase sempre abandonados nas quadras de esportes vivenciando um conteúdo voltado exclusivamente para o ensino técnico da modalidade vinculado ao modelo imposto pela mídia. Esta constatação leva-nos a considerar que a Educação Física apresenta-se totalmente desvinculada do projeto político educacional, pois seu valor educativo associa-se em demasia a idéia proporcionada pela busca excessiva da técnica que pode ser traduzida numa associação das principais características do sistema segregador em que nos encontramos (disciplina, obediência, civismo).

Concluimos, portanto, que os conteúdos da Educação Física escolar, devem ser repensados, dando a oportunidade para os alunos de vivenciarem outros elementos da cultura corporal e que o ensino não seja voltado, apenas com exclusividade para alguns esportes. Acreditamos também, que como profissionais de Educação Física, devemos lutar para a legitimidade dessa disciplina, mas para que isso aconteça, nós mesmos precisamos nos valorizar como profissionais, entendendo de fato o papel dessa disciplina nas escolas.

Concluimos ainda que, é importante refletirmos como a Educação Física encontra inserida no currículo escolar, pois esta disciplina é importante como as demais e deve fazer parte da grade curricular e não apenas ser ofertada como uma atividade extra curricular, assim

¹²

Vinte uma escolas públicas, sendo dezessetes do estado e quatro do município.

estaremos contribuindo para a valorização da Educação Física, mas é preciso antes que a mesma esteja integrada no mesmo horário que as demais disciplinas

Com o levantamento realizado, observamos que as publicações são ainda escassas sobre as Políticas Educacionais e principalmente quando relacionada à Educação Física. E ainda, asseguramos que, como profissionais, não basta somente o conhecimento teórico da LDB e dos PCN, é preciso materializar esse conhecimento em nossa prática pedagógica.

Através da pesquisa descobrimos que, existe relação entre a LDB e os PCN, mas que os professores entrevistados, apresentam-se confusos no entendimento da relação entre esses documentos, portanto havendo carência de uma leitura mais consistente dos mesmos, que o trabalho de ambos os professores deixam um pouco a desejar, pois o ensino do basquetebol com relação aos PCN-EF foge do que é proposto para as turmas de 6º e 7º ano do ensino fundamental, cujo conteúdo predominante é voltado para o método demonstrativo (rendimento), e por fim, verificamos que os professores não conseguem detectar relações sobre a legislação educacional com a prática pedagógica no ensino do basquetebol, sendo assim o ensino desse esporte em ambas as escolas encontra-se de forma solta, desvinculado das propostas do PCN para a Educação Física.

Assim, acreditamos que, devemos ser criativos, incentivando os alunos a construírem seus próprios jogos, ou ainda que, desenvolvam suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando uma participação ativa na sociedade. Entretanto, existem inúmeras formas para essa contribuição, dentre elas citamos, para o conteúdo basquetebol no 3º ciclo do ensino fundamental, aulas com brincadeiras, jogos adaptados, utilização de vídeos, elaboração de painéis acerca do conteúdo basquetebol, circuito de atividades, jogos com/ sem unidade de jogo, trabalho voltado para a questão de gênero etc.

Esperamos, pois, que este estudo, contribua para o repensar da Educação Física nas escolas e sobre o conhecimento e a importância da mesma no ambiente educacional, para que assim, seja considerada uma disciplina de grande valor, contribuindo para a formação do indivíduo, que vislumbramos.

4 - Referências Bibliográficas

ALVES, Laudinei. **O ensino do basquetebol nas escolas públicas de Catalão – 2º fase do ensino fundamental- 5º a 8º series**. Monografia de conclusão do curso de Educação Física – CAC/UFG, 2001.

ASSIS, Sávio. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001 (Coleção Educação Física e Esportes).

BASEI, Andréia Paula, et al. **A prática pedagógica dos professores de Educação Física e a influencia do esporte: da formação à atuação profissional**. 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd123/educacao-fisica-a-influencia-do-esporte-da-formacao-a-atuacao-profissional.htm>> Acesso em: 27 out. 08.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. Ano 1, n. 1, p. 73 – 81. 2002. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-1-1-2002/art6_edfis1n1.pdf>. Acesso em: 27 out. 08.

BORGES, Valéria Pereira. **O Basquetebol como manifestação Cultural na Cidade de Catalão – Goiás**. Monografia de conclusão do curso de Educação Física – CAC/UFG, 2005.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física: ensino da primeira à quarta série**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física: ensino de quinta a oitava series**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1999.

CASTELANI FILHO, Lino. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

CBCE (org). **Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: Profissionais analisam renovações, modismos e interesses**. Ijuí: Sedigraf, 1997.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORRÊA, Patrícia. O processo de globalização e as perspectivas emergentes para a educação física. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n.10, p.26-28, jul.1999. Disponível em: <<http://biblioteca.cev.org.br/br/biblioteca/refelnet/revista.asp?cod=59>>. Acesso em: 10 out. 2008.

COUTINHO, Nilton Ferreira. **Basquetebol na Escola: da iniciação ao treinamento**. Rio de Janeiro: SPRINT, 2003

DELFIM NETTO, Antônio. Globalização. **Revista Veja**, 3 de abril, de 1996. Disponível em: <<http://campus.fortunecity.com/drew/273/globalizacao.doc>>. Acesso em: 10 set. 2008.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Regulação Sistêmica e Política de Financiamento da Educação Básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26 n° 92, p. 821-839, Especial – out, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a06.pdf>). Acesso em: 10 set. 08.

FERREIRA, Aluísio Elias Xavier. **Basquetebol Técnico e Tático**: Uma abordagem didática pedagógica. São Paulo: Editora da USP, 1987.

FLORES. Maria Marta Lopes. **Municipalização do Ensino em Goiás**, Goiânia, UCG, 2007.

GENTILI, Pablo. Adeus a Escola Pública: A Desordem Neoliberal, A Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias in: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da Exclusão**, Vozes, Petrópolis, 1995.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí – RS: Unijuí, 1994.

LIMA, Marco Antonio Oliveira. **A relação entre o PCN e a prática pedagógica no ensino aprendizagem do basquetebol**. 2007. Monografia de conclusão do curso de Educação Física – CAC/UFG, 2007.

MARTINS, Vicente. **O que é Legislação Educacional**. 2002. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/57/99/579/>>. Acesso em: 04 nov. 08.

MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. 1996. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoeducacao1.html>> Acesso em: 10 set. 2008.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, Formação Docente e Inclusão: Eixos da reforma Educacional Brasileira que Atribuem Contornos à Organização Escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v.11 n°33 set/dez.2006, Rio de Janeiro.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis - Rj: Vozes, 1994.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Globalização, Crise do Capital e Aspectos da Formação Humana**: A Educação Física e o Mundo do Trabalho. p. 64 – 68. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/gef/Anais-V.doc>> Acesso em: 10 set. 08.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25 n°. 89, p. 1127 à 1144, Set/Dez. 2004.

PIRES, Giovanni De Lorenzi. **Educação Física e o Discurso Midiático**: Abordagem Crítico-emancipatória. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

SANTOS, Heliany Pereira dos. **O ensino do handebol na primeira série do ensino médio nas escolas públicas de Catalão Goiás.** Campinas: Dissertação de mestrado UNICAMP, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física, Esporte e Diversidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.